

O campo intelectual como espaço de ritualização do poder: IHGRN, historiografia e saber (1945-1971)
The intellectual field as a space for the ritualization of power: IHGRN, historiography and knowledge
(1945-1971)

Ledson Marcos Silva¹

Resumo: O artigo discute a historiografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), com o objetivo de analisar a ritualização do poder formulada pelos sócios. Portanto, buscamos trazer à lupa, a partir da Revista do IHGRN, elementos simbólicos, usos do passado, usos políticos da história, todo um trabalho realizadodiscursivamente nesta rede de sociabilidade potiguar. Assim, é possível consideraras narrativas desses intelectuais como instrumento para ganhos de legitimidade, ou seja, um recurso simbólico, dentro do grêmio. Com isso, pode-se ter em mente uma das formas que os usos do passado foram feitos por uma das instituições mais antigas do Estado potiguar, por conseguinte, na historiografia norte-rio-grandense. Para realizar essa investigação, a leitura será guiada a partir do conceito de campo intelectual, do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Intelectuais. Historiografia. IHGRN. Ritualização.

Abstract: The article discusses the historiography produced at the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), with the aim of analyzing the ritualization of the power formulated by the partners. Therefore, we seek to bring to the table, from the Revista do IHGRN, symbolic elements, uses of the past, political uses of history, all work done discursively in this network of sociability potiguar. Thus, it is possible to consider the narratives of these intellectuals as an instrument for gaining legitimacy, that is, a symbolic resource, within the guild. With this, one can bear in mind one of the ways that the uses of the past were made by one of the oldest institutions of the state potiguar, therefore, in the norte-rio-grandense historiography. To carry out this research, the reading will be guided from the concept of intellectual field, by the French sociologist Pierre Bourdieu.

Keywords: Intellectuals. Historiography. IHGRN. Ritualization.

Aproprio-me do conceito *campo intelectual*, discutido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu,² na tentativa de investigar interesses, jogos de poder por parte de pessoas que se apresentam desinteressadas naquilo que fazem. Essa linha sociológica tem a intenção de retirar uma maquiagem – a do desinteresse³ –, revelando intenções por trás das aparências discursivas e narrativas. Esse é o pano de fundo que utilizo na hora de analisar instituições e seus periódicos, como é o caso em questão.

O IHGRN foi fundado em 1902, com o intuito político e governamental de colher, organizar e pensar os documentos que dizem respeito ao Estado do Rio Grande do Norte (RN).⁴ Com Estatutos administrativos semelhantes aos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os objetivos ademais seguiam na

¹Mestrando em História – Programa de Pós-Graduação em História – Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-CERES-UFRN), Caicó-RN. Bolsista Capes. E-mail: ledson.15@hotmail.com

²BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual:** itinerário de un concepto. Editorial Montessor. Colección Jungla Simbólica, 2002.

³BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

⁴COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A casa da memória norte-rio-grandense”:** O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, 589 f., 2017.

mesma linha.⁵ Sendo assim, articulava-se pesquisas sobre o passado visando corroborar narrativas organizacionais em relação ao presente.⁶

O instituto potiguar surge inclinado a um jogo completamente político, a saber, a disputa de limites territoriais com o Ceará. O governo forneceu respaldo para a criação do sodalício, na intenção que o grupo de letrados colaborasse no debate sobre o espaço.⁷ Articulou-se um projeto voltado à construção de uma memória e história do RN. Assim foi montado o grêmio que, inclusive, funciona até hoje, na capital, Natal. Para além da arenga territorial, a qual teve abundância em publicações na revista durante a primeira década de funcionamento, o periódico do Instituto também consagrou espaço para outras seções, como a história da imprensa potiguar, biografias, publicações de documentos, atas administrativas, notas da Redação, conferências, discursos dos presidentes, oradores, comemorações e necrologias.

Destarte, seleciono a Revista do IHGRN para examinar discursos, com o escopo de averiguar a seguinte hipótese: determinados textos da Revista manifestam uma ritualização do poder a partir dos usos políticos da história ali escrita. Essa ação dentro do Instituto potiguar, orquestrada pelos sócios, se apresenta nos diversos escritos publicados no periódico em questão, com a finalidade de comemorar, homenagear e, por conseguinte, constituir história(s) dos homens que transitam naquele espaço. O acesso às fontes ocorre mediante o arquivo digital do Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM-UFRN). O LABIM fornece jornais potiguares escaneados, como *A ordem* e o *Diário de Natal*, além de revistas, dissertações e teses.⁸ O LABIM, portanto, disponibiliza, para o pesquisador, grande parte dos volumes da Revista do Instituto, de forma pública, em formato .PDF.

O recorte temporal é baseado a partir dos números da revista pautados para a análise, ou seja, de 1945 a 1971, além do fato de que não abundam investigações que consagram essa delimitação. Diante desse quadro, vale citar dois campos de pesquisa que dialogam neste artigo: a história da historiografia e a história intelectual.

A história da historiografia é um campo de pesquisa que vem se expandindo em escala nacional, com diversas propostas para se interrogar sobre os significados do passado.⁹ No Nordeste, cada vez mais ganha maiores proporções. Este trabalho é um reflexo dessa expansão. Da mesma maneira, é digno de nota a ausência de propostas que articulem historiografia e a linha teórica de Pierre Bourdieu para o caso do

⁵ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal, Volume 1, n. 1, 1903, pp. 09-23.

⁶ Idem.

⁷COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Op. Cit.**, pp. 216-273.

⁸Conferir: <<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br>>

⁹TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez., p. 78-95, 2013; RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 17, abril, p. 318-332, 2015; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Edições ANPUH, 2011; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira 1813-1845**. São Paulo: Aderaldo & RothSchild, 2008; GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG. Argumentum, 2009.

IHGRN. Assim, dou um pontapé no que diz respeito averiguar essa Instituição potiguar munido de tais bagagens epistemológicas.

A história intelectual também tem participação relevante nos próximos parágrafos. Essa área de estudos abarca diferentes grupos, no jogo dos usos do passado, na investigação da formação nacional, na projeção de identidades, na elaboração e disciplinarização de dadas memórias. Enfim, analisa uma série de símbolos constituídos pela imagética dos discursos. São distintos universos que podem dialogar com este ramo de pesquisa, como assim realizo a partir da história da historiografia.¹⁰

Isto posto, é necessário atentar para o *locus* historiográfico que chamo a atenção neste texto. O espaço das *figuras ilustres* (aqueles distintos por “virtudes e serviços”), reservado nos periódicos de Institutos Históricos e Geográficos, é articulado para, também, criar uma imagem daqueles homens que serviram ao Estado. Notas biográficas, necrológios e memórias são elementos comuns, desde o IHGB, sediado no Rio de Janeiro, inaugurado em 1838, onde as biografias foram publicadas visando diversos fins políticos e sociais, assim como para embasar, de certa maneira, a história nacional.¹¹

Esse esquema historiográfico que constrói a imagem do indivíduo e, por sua vez, a história do coletivo, se difunde por outras instituições que nascem no decorrer do oitocentos e também, posteriormente, no século XX, com o florescimento da República. Especificamente na Revista do IHGRN, a seção de biografias ganha contornos semelhantes ao IHGB, mas com suas particularidades.

Proponho uma análise para esmiuçar os aspectos dessas histórias de cunho individual, que dizem respeito à memória, aos intelectuais e, sobretudo aos usos do passado, fundamentando-se, majoritariamente, nos discursos de dois sócios, José Augusto¹² (1884-1971) e Nestor Lima (1887-1959). O primeiro nasceu em Caicó, na província do Rio Grande [do Norte]. Foi Governador e Senador do Estado do RN. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, também foi sócio benemérito do IHGRN. Sobre sua atividade intelectual, publicou livros sobre o Seridó, região onde nasceu, e também sobre os chefes políticos que pertenciam ao seu círculo familiar.¹³ Por sua vez, Nestor Lima, nascido em Açú, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma faculdade de Recife. Foi um pesquisador assíduo. Era sócio correspondente de vários outros institutos histórico-geográfico, por exemplo, na Bahia, Sergipe, Maranhão e no próprio IHGB. Mas, destacou-se, sobremaneira, como presidente do IHGRN por trinta e dois anos. Os textos de ambos os sócios

¹⁰ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 9-17, junho, 2007; ALTAMIRANO, Carlos. De la historia política a la historia intelectual. *Reactivaciones y renovaciones. Prismas*, Revista de Historia Intelectual, n. 9, pp. 11-18, 2005.

¹¹OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Há casos conhecidos, por exemplo, Francisco Varnhagen que biografava já almejando uma história nacional. Cf. SANTOS, Evandro. **Tempos da pesquisa, tempos da escrita**: a biografia em Francisco de Adolfo Varnhagen (1840-1873). Porto Alegre, UFRGS (dissertação), 2009.

¹² O nome completo é José Augusto Bezerra de Medeiros, mas vamos mencioná-lo como consta nas fontes, ou seja, apenas por José Augusto.

¹³Cf. AUGUSTO, José. **O Rio Grande do Norte no Senado da República**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008; MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1980.

vão colaborar na reflexão sobre os jogos de poder e a ritualização contidos na escrita da história aqui examinada.

Finalizando os esclarecimentos preliminares, apoio-me nas reflexões propostas por Sabina Loriga, a respeito do universo das biografias.¹⁴ Não se trata de enxergar os textos biográficos do IHGRN dentro de categorias históricas fechadas ou completamente enquadradas em conceitos, mas sim de atentar-se ao conteúdo, o que ele pode dizer e revelar. A ideia é ver, através dos discursos publicados pela revista, justamente a ritualização do poder, ou seja, o processo de construção e conservação de legitimidade política e intelectual dos sócios mediante usos da história.

Afirmar e legitimar: a ritualização do poder

O IHGRN apresenta vastíssima produção textual que resgata seu próprio passado e, por conseguinte, o passado de seus membros. Entendo que essas operações produzem e afirmam legitimidade de um certo jeito de estar e ser naquele círculo de intelectuais. Pode-se visualizar essa atividade de resgate do passado como uma ritualização¹⁵ do poder, consistindo em auferir capital simbólico para este ou aquele sujeito.

A história torna-se um aparelho ostensivo na busca de exercer o poder. Ou seja, analisar a ritualização é tornar visível o processo autoafirmativo de uma determinada ideologia com base, por exemplo, em indivíduos, em atores da história política norte-rio-grandense. Afinal, é digno de nota que muitos personagens do Instituto passaram pelo âmbito político, como é o caso de José Augusto. Sendo assim, podemos refletir esse processo de autoafirmação a partir do Instituto potiguar, mormente durante o trabalho de homenagear, de teatralizar a imagem dos sócios falecidos ou então de participantes da política do RN que ali compartilham do espaço.

É possível entender o Instituto como personagem do campo intelectual potiguar. Bourdieu define *campo* como um espaço social onde agentes e atores disputam reconhecimento, valores e interesses.¹⁶ O IHGRN como campo intelectual é um espaço social bem definido, um ambiente que busca concretizar regras, onde os sujeitos visam capital simbólico. Esse campo possui uma historiografia interlocutora das vedetes nacionais da história, do que se conveniu chamar de pensamento social brasileiro, além de caracterizar uma área do jogo do poder, ou mesmo o processo saber-poder. O Instituto constitui, portanto, os seus próprios mecanismos e esquemas de afirmação. Aqui estão alguns exemplos.

Em dois volumes inseridos no recorte temporal, encontro considerações alheias descrevendo o papel social que a instituição confere ao Estado. Nomeado como *Diversos Juízos da Imprensa Natalense*, essa

¹⁴ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

¹⁵ Esclareço que neste artigo os termos *teatralização* e *ritualização* são utilizados como sinônimos, objetivando deixar a leitura mais dinâmica e menos repetitiva.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa, Edições Fim de Século, 2003, p. 120

seção objetiva estabelecer a manutenção de um caráter ao Instituto, escrevendo sobre o serviço de pesquisa, de construção da memória por parte dos sócios. Quem fez esses juízos? Jornalistas potiguares, da imprensa natalense, dos jornais *A República*, *A Ordem* e do *Diário de Natal*. É selecionado pela redação um trecho de Rômulo Wanderley, escrito em março de 1943, no jornal *Diário de Natal*, e inserido na revista do IHGRN, publicada em 1948:

Nesses 41 anos de vida, o Instituto prestou inapreciável serviço ao nosso patrimônio histórico e ao desenvolvimento da nossa cultura. Nas suas vitrinas e salas de exposição permanecem relíquias veneráveis sob todos os aspectos. Os milhares de volumes da sua biblioteca estão diariamente entre as mãos dos estudiosos que a ela comparecem em pacientes e frutíferas pesquisas.

Dentro daquele ambiente silencioso, a gente encontra uma parte da história do Brasil e toda a história do Rio Grande do Norte.¹⁷

A doação da revista em outros espaços de sociabilidade dos letrados faz circular discursos, narrativas a respeito dos heróis eleitos pelos pesquisadores, por porta-vozes da memória norte-rio-grandense, homens vinculados à ideia de cultura, além disso, o movimento do periódico em outros espaços sociais impulsiona o renome dos sócios, atribuindo-lhes reconhecimento e notoriedade.

Pouco a pouco esse processo é evidenciado. Não à toa, pois a opinião dos outros é importante, vale o destaque, afinal ela emana um teor especializado e privilegiado, partindo de lugares sociais conferidos como autênticos para emitir uma opinião valorada e pertinente àquele receptor da mensagem. Em outras palavras, o elogio dos jornais publicado na revista apresenta-se como esquema recíproco de busca por reconhecimento. Ou seja, a lógica seria compartilhar de um conhecimento com pessoas que possuem uma posição social destacada ou legitimada, e em troca receber alguma notoriedade, certa valorização por profissionais que compartilham de capital simbólico específico, assim o Instituto escala sua luta por um lucro social, pautado na ideia de serviço à pátria e ao Estado.

Ora, há intencionalidade egoísta nas passagens do presidente Lima, e também nas seções que apresentam o juízo alheio, de colegas do campo intelectual. No volume impresso de 1952, encontramos reservado espaço para mais uma rodada de elogios ao Instituto por jornais. A redação do jornal *ARepública* assinala:

A ilustre confrreira encerra vários trabalhos de mérito, focalizando assuntos de relevante importância, como a conferência do dr. Nestor Lima, sobre a Fortaleza dos Reis Magos, um estudo sobre o Pelourinho, da autoria do comendador Câmara Cascudo, um trabalho sobre as margens do Potengi, original de Moreira Brandão Sobrinho, um comentário sobre a Guerra do Paraguai, por Adauto da Câmara, além de relatório da Presidência do Instituto Histórico, resumos de atas, necrológios, etc.

Somos gratos pelo exemplar que nos foi enviado.¹⁸

¹⁷ DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 46.

¹⁸ DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 266.

Esta consideração foi feita em dezembro de 1944, mas publicada somente no ano de 1952. Então, o reaproveitamento de considerações alheias envolvia uma ampla margem temporal. Se as fontes indicam que a revista circula entre esses jornais, publicando os pareceres e elogios dos jornalistas a respeito de artigos específicos e da revista como um todo,¹⁹ isso configura, portanto, uma teatralização do poder. Uma rede legitimando o trabalho de outra. Desse modo, pode-se imaginar que a revista tinha uma grande circulação na própria Natal, no litoral, pois os três jornais citados tinham como sede a capital. Já quanto à outras regiões e cidades do Estado, pela ausência de indícios, é difícil fazer qualquer afirmação.

Não é árduo imaginar que a legitimação social ocorra devido à presença do discurso de outras pessoas, de um determinado público, de instâncias sociais conferidas autenticamente justas e próprias para o ganho de capital social. A ritualização visa fazer legítimo o saber cultivado pela instituição e os discursos proferidos naquele espaço. Por isso a necessidade da opinião e elogios externos ao instituto. Contudo, não apenas isto. Requisita-se, para um trabalho puramente ritualístico, que seja emitido um saber interno ao instituto, construído pelos próprios sócios, na intenção de elaborar a relação de saber-poder²⁰, quer de assuntos relacionados à história e à memória do Rio Grande do Norte, quer dos próprios sócios. Estes últimos ganham uma vasta produção, espalhada entre livros e volumes da própria revista. Daí vem todo o aparato de biografias, homenagens e memórias, conferindo aos vivos e mortos um suporte social e legítimo para o instituto e seus discursos.

Teatralizando o indivíduo: o IHGRN como palco

Vejamos o trabalho de José Augusto. Ele que teve um de seus textos publicados pela Revista, onde escreve sobre a vida de Almino Álvares Afonso (1840-1899), abolicionista, Senador nascido na província do Rio Grande [do Norte]. Augusto fala harmoniosamente da carreira política, construída por seu conterrâneo sertanejo, relacionando diretamente com o seu “êxito”:

O relato de suas atividades progressas, a narração de sua vida, a história das campanhas em que sempre andou empenhado, a sua intrepidez na luta pelos seus ideais, o seu idealismo, a sua inteligência, a sua cultura, explicam perfeitamente o seu êxito político.²¹

Como se houvesse uma espécie de determinismo histórico, um fatalismo, ou uma trilha totalmente linear, Augusto adiciona o “esplendor” acompanhante da vida de Afonso. Aparentemente, faz o leitor

¹⁹DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 41-47; DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 265-267.

²⁰FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

²¹AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 12.

imaginar se a história levou Afonso para um caminho inevitável. Em outras passagens contempla-se o alinhamento do conhecimento e o espaço em que vive, o sertão.

(...) com a ânsia de mais saber e avançar, em pouco Almino se fez professor e passou a ensinar aos meninos sertanejos, ora em fazendas, ora em vilarejos. (...) Em pouco tempo, Almino fez-se advogado nas sessões de júri dos sertões paraibanos, salientando-se pela sua eloquência, pelos seus dons oratórios, pela força e vigor da sua argumentação.²²

Os textos biográficos do IHGRN, em grande parcela, são estruturados pela marca da narração cronológica. Ou seja, conta-se a história do sujeito partindo das condições históricas e sociais de seu nascimento, articulando os feitos registrados, até chegar ao momento da morte. Esse tipo de escrita biográfica marcou, em significativa medida, a experiência da história moderna.²³ O escrito de Augusto não é diferente, isto é, não escapa a esta lógica.²⁴

Afonso, nas palavras de Augusto, é um sertanejo envolvido com as letras, tem ânsia pelo conhecimento, regozija-se na sessão jurídica. Sendo assim, para Augusto, isso certamente, entre outros elementos, o faz merecedor de presença nas páginas da revista. Como foi construída a imagem de Almino Afonso? José Augusto traça sua trajetória como forte aliado do movimento abolicionista, e reverberando sua atuação na produção da Constituinte após queda do Império, citando a presença do sertanejo com palavras firmes e uma postura convicta que luta pelos oprimidos.²⁵ E por fim, finaliza apontando “que Almino Álvares Afonso, desde a sua infância, foi bem uma expressão de vigor da gente que povoou e habita os sertões nordestinos.”²⁶ Essa ligação, apressada talvez, é clara. Ela fortalece, indiretamente, a manutenção da memória histórica potiguar. A presença do Instituto nesse movimento constituidor é forte. O trabalho biográfico do potiguar é um indicativo do processo teatral desse ateliê de pesquisadores. Bordando o nome dos grandes nomes da província/Estado, os membros do Instituto não poupam palavras na hora de reverberar seus atos, na intenção de amalgamar a rede de sociabilidade com serviços descritos como honrados, dignos e legítimos socialmente. A teatralização do Instituto é um fato social. Articula-se história, ambições coletivas e a vontade de exercer o poder, tramitando entre o espaço político e o espaço do trabalho histórico. Eis o caso de José Augusto trançando a linha da vida de Afonso.

Outro exemplo dessa teatralização é o ensaio biográfico de Floriano de Albuquerque²⁷, retratando Amaro Cavalcanti (1849-1922). Com o título de “O homem e o jurista”, apontando para uma dualidade existencial, levando a pensar em duas dimensões separadas, mas que são a composição de Cavalcanti. O

²² AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 16.

²³ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 18.

²⁴ AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, pp. 12-19.

²⁵ AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 18.

²⁶ *Idem*.

²⁷ ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 66-73.

texto ovaciona, cria uma personagem em cima do indivíduo real, praticamente um panegírico, totalmente vinculado à ideologia nacionalista dos grandes homens, ou seja, conseguiram realizar ações surpreendentes em prol da nação.²⁸

Não nos moveu, portanto, outro intuito, que não o de chamar a atenção dos conterrâneos para esse paradigma de homem, que Juvenal Lamartine classifica “a maior figura intelectual do Rio Grande do Norte, em todos os tempos”, Eduardo Espínola chama de “conspícuo jurista o sociólogo” e Anibal Freire, de “tipo representativo de nossa raça e um dos símbolos de nossa elevação jurídica”. Mui modesto, sabemos, o nosso subsídio, mas é fruto de profunda admiração (...).²⁹

Destarte, Amaro Cavalcanti torna-se um paradigma, o exemplo, o modelo a ser seguido, desde a humildade a qual forjou seus valores quando jovem até o aguerrimento no mundo jurídico e intelectual. Neste excerto, o indivíduo galvaniza o coletivo. Cavalcanti representa um grupo. Em outras palavras, arrisco dizer que o herói, o biografado, neste caso, traz ordem e estabilidade contra as forças de indigestão da história.³⁰ A biografia estabiliza a transitoriedade do mundo em forma de exemplos a serem seguidos. Outro ponto deve ser destacado: o trabalho dos sócios parte da mesma premissa, aquilo que Fernando Catroga chamou de um gesto de “sepultura”.³¹ Trata-se de exorcizar o morto, porque só o presente pode “dar uma nova luz a ‘vida’ aos que já morreram”.³²

O processo de teatralização, através do elogio à figura de Amaro Cavalcanti, é um indicativo ético. São vivos falando dos mortos e mortos falando dos vivos. Porque os textos estão contaminados de presente. Um presente que agora se soma com o fato da morte de alguém. Os textos manifestam esse caráter duplo. Afinal, ao se remeter aos mortos, ainda mais quando são companheiros falecidos, apresenta-se a reflexão daqueles que perderam alguém, no que tange à vida e ações. A teatralização do poder permite que se enxergue como os presentes elaboram a memória sobre o indivíduo morto.

Não adentram no processo de ritualização apenas o grupo dominante ou figuras passadas, antigos sócios, falecidos, mas também se inserem aqueles que fazem parte dos círculos de letrados, direta ou indiretamente, porém não são ligados ao Instituto. Importante salientar um movimento estritamente simbólico dos valores semeados pelos homens daquele espaço de pesquisa. Atributos de conduta, princípios éticos, morais, o amor por uma terra compartilhada e também, vale salientar, a crença religiosa.

Os valores atribuídos e cultuados no seio do grêmio são destacados por letrados de outros locais do campo intelectual. Américo de Oliveira Costa, por exemplo, do jornal *A República* tem sua consideração reservada nas páginas da revista do IHGRN:

²⁸ Esta perspectiva historiográfica pode ser analisada com mais precisão em: ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

²⁹ ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 73.

³⁰ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 73.

³¹ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 64.

³² Idem.

(...) nossa legítima Casa da Memória, nunca é demais assinalar, e que, sob a presidência esclarecida e benemérita do dr. Nestor Lima, vive atualmente uma época de raro fastígio cultural e social. Um já longo e útil caminho, sempre sós finalidade e preocupação de servir à terra comum, pela ciosa persistência no culto, no amor, na manutenção, na evocação dos superiores homens, gestas e legendas do nosso passado, lhe dá direito irrecusável ao respeito, à admiração e à simpatia de todos os conterrâneos.³³

Com estas palavras, reforça-se pontos importantes, desde o caráter cultural do Instituto até o papel social dos sócios ali agremiados. Pois a ideia de um trabalho prestado à sociedade encontra eco não apenas neste excerto, mas em diversas situações de homenagens, celebrações, contando com a participação em eventos para além do sodalício. Nestor Lima, o presidente que liderou por mais de três décadas o Instituto, esteve no centenário do município de Assú, em 1945, cidade que ele é natural, e lá se fez presente representando o IHGRN. Repetiu e reforçou um raciocínio alinhado à passagem de Américo Costa, ou seja, de rememorar os serviços prestados à terra comum, quer dos vivos, quer dos mortos. Isso significava que esses sujeitos merecem a solidariedade e aplausos.³⁴ São valores e ideias de suma importância aos homens do grêmio. Nestor Lima, na celebração, discursou:

Atendo, com prazer e com desvanecimento, ao convite honroso que a comissão promotora do Centenário desta invita cidade me dirigiu para falar-vos neste instante crucial da nossa existência de povo civilizado.

Atendo e cumpro o encargo, com a mesma flama de entusiasmo, que hoje abrasa o coração de todos nós, filhos amados deste torrão benigno e inesquecível, quando comemoramos o primeiro século da nossa maioria civil e assim, penetrámos nos vastos umbrais da História da nossa terra.

(...) tenho diante de mim as gerações novas e esperançosas, cada qual porfiando um futuro de glórias, de bem estar, de progresso para a gleba em que nascemos.³⁵

Podemos imaginar que a criação desses mitos historiográficos, homens que incorporam um bem nacional, um símbolo de louvação, tem como fim a legitimação política. Esses trabalhos produzem muito mais uma imagem autoconsagrada do grupo dominante, ou da elite intelectual, do que uma fiel amostra das relações sociais perpetradas pelo coletivo. Porque, no final das contas, os sócios estão realizando, na verdade, um processo performativo sobre a identidade de um grupo intelectual e político. Essa identidade coletiva, construída a partir de mecanismos biográficos, e com elementos cimentados na memória, pressupõe fazer *ver-crier* em noções comuns, partilhadas ao longo do tempo. Ter um Estado, uma pátria, uma nação, é partir do princípio identitário que generaliza, torna homogêneo, eliminando as particularidades. Vide, não à

³³ DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 44.

³⁴ LIMA, Nestor. O Centenário da cidade de Assú. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, pp. 117-118.

³⁵ LIMA, Nestor. O Centenário da cidade de Assú. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, pp. 111-112.

toa, a forte presença do teor moral, exemplar e ético inseridos nas narrativas.³⁶ Esses homens transformam-se nos mitos a serem seguidos. Carlos Tavares de Lyra ao falar sobre seu pai, Augusto Tavares de Lyra, coloca-o na dimensão dos homens da nação. Em suas palavras: “Na verdade, Tavares de Lyra foi uma grande figura nacional que já se sublimou num símbolo. Símbolo de retidão, de justiça, de devotamento ao bem público.”³⁷

Sabe-se bem, a identidade tem a ver com uma construção histórico-social de origens, com um certo jeito ético-político de atuar em coletivo, com essências, com um *ethos* compartilhado entre a população, de cunho independente, religioso ou civil. E fazem o uso social dessa identidade, de uma história, de um símbolo humano, em proveito da imagem da instituição e da política potiguar. A ritualização, travestida de um aparato biográfico, em celebrações, no trabalho de homenagens e na labuta presente das necrologias, leva esses fatores para o altar, em busca de legitimidade entre as pessoas, seja nos monumentos fincados nas praças públicas, seja na recordação dos homens do Rio Grande [do Norte] a partir da historiografia de instituições.

Diante deste quadro, apresentam-se, assim, esquemas de teatralização. Mas não apenas isso. O leitor se depara, da mesma forma, com a moralização aplicada na história. Na Antiguidade e na Idade Média, a normatização dos valores, princípios e elementos morais estavam escancarados nos textos, em razão que a religião e a moral andavam juntas. Com a chegada da modernidade, a crítica iluminista às religiões, e, por conseguinte, a fé tornando-se privada cada vez mais, as normatizações adaptaram-se em outros âmbitos. É o caso da historiografia moderna. Logo, a moral não acaba, não tem fim. É revivida e inserida em outras estruturas de comunicação.³⁸ Através da narrativa do historiador potiguar que encontramos os elementos moralizantes. As biografias, os artigos, as homenagens aos falecidos, tudo isso carrega uma marca, um peso de relevância a ser seguido e respeitado. É a inteligência e “cultura” de Almino Afonso, e a “modéstia” junto ao letramento de Amaro Cavalcanti. E tudo contribui para esse processo performativo, como a presença de políticos nesse trabalho historiográfico, assim como a retórica e a circulação dos trabalhos em outros espaços de sociabilidade intelectual.

A ritualização é feita por essas redes, garantindo esquemas de autoconsagração entre os pares. Cada um fala bem do colega, adquirindo capital simbólico um pelo outro, numa circulação de elogios. As teias de sociabilidade ministram essa preservação, ou melhor, a conservação do poder. O capital social precisa de

³⁶MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 59-77.

³⁷LYRA, Carlos Tavares de. Tavares de Lyra na intimidade. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, p. 27.

³⁸ MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 63.

mecanismos próprios para isso, é o caso das seções de homenagem na Revista, não apenas para adquirir mais e mais reconhecimento, mas também para sustentar o que já se tem.³⁹

Falar de indivíduos importantes, nascidos no espaço norte-rio-grandense, como Almino Afonso e Amaro Cavalcanti e suas respectivas origens históricas, talvez vá além de exaltar certa erudição e participação política de cada um deles. Ambos têm em comum a origem no interior do Rio Grande [do Norte]. Quando são abordados não se referem a eles como produtos do litoral. Pelo contrário. São ditos frutos do sertão. Ao se apresentarem, fala-se de seus atributos na atuação política, galvanizando toda uma vida em um texto. O que se vê diante disso é um processo de consumo da representação deste ou daquele indivíduo. Resumindo, o biografado é uma fonte de reconhecimento. A instituição através do trabalho histórico e biográfico se aproveita dessa persona, elaborada como herói do Estado e da Nação⁴⁰, para conseguir caminhar nas vias da legitimidade social e garantir algum capital simbólico com isto.

Falei anteriormente que na Revista também encontro um palco para a conservação do reconhecimento. Isso se materializa em certos momentos. Por exemplo, há espaços de respostas dos sócios a respeito de seus trabalhos, de críticas recebidas por pessoas de outros lugares do campo intelectual.

Por sua vez, Nestor Lima insere sua resposta a uma “crítica malévola”, assim considera, feita por algum membro do Jornal *A República*.⁴¹ É interessante pensar nessas respostas dos sócios, pois elas indicam a formulação e a defesa de um tipo de pesquisador. Lima ao defender seu trabalho, defende princípios e a imagem daqueles que se dedicam ao trabalhar com a história norte-rio-grandense. Em outras palavras, salta aos olhos a defesa de uma imagem, de um *ethos*, que não deixa de ser, da mesma forma, uma teatralização do poder, da potência do pesquisador. A teatralização do poder vai à história, à figura de quem investiga a historiografia e seus domínios. Desse modo, duas dimensões mostram sua autonomia e dialogam, a saber, a política e a pesquisa. Ao mesmo tempo em que possuem suas respectivas independências, esses âmbitos estão entrelaçados em narrativas contidas na Revista do IHGRN.

Embora seguindo contra seu princípio de não responder críticas, ou melhor, ataques baixos, como ele entende, Lima responde afirmando que não aceitará que seu trabalho venha a depender “de quem não está bem informado no assunto”.⁴² Quem fez essa crítica ao trabalho dele? Não identifica na resposta. Mas aponta que é alguém que escreve no Jornal *A República*⁴³, espaço social onde a revista do IHGRN corre com

³⁹ BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerário de un concepto. Editorial Montessor. Colección Jungla Simbólica, 2002.

⁴⁰ Cf. ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

⁴¹ LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: à guisa de defesa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1940, p. 181.

⁴² LIMA, Nestor. **Op. Cit.**, 1940, p. 182.

⁴³ Imagino que haja possibilidade da identificação de quem retrucou Nestor Lima no jornal *A República*. Certamente, o documento deve estar em algum laboratório de documentação. Todavia, por algumas razões não conseguimos ter acesso ao volume que consta a crítica. O primeiro motivo foi a pandemia e o isolamento social acarretando na impossibilidade da pesquisa. O segundo motivo é que os volumes digitalizado do jornal *A República* não vão até a década de 1940, na internet. Infelizmente, fiquei sem a devida identificação do autor que Lima responde. De todo modo, o que vale ressaltar é o objetivo, isto é, a análise da noção de ritualização do poder nas redes de sociabilidade potiguares.

frequência, como já identificado. O crítico do trabalho de Lima diz que há muito para ele corrigir à luz de novos documentos.⁴⁴ O sócio do IHGRN considera isso como ultrajante e não cabe essas críticas ao seu trabalho sobre os municípios potiguares. Em suas palavras:

Quem tiver especial competência e integral serenidade, sem paixão, ou preconceito, quem se sentir livre de erro, engano, ou equívoco, poderá apreciar e julgar o meu esforço, e, condená-lo, ou não; mas, a quem faltarem tais requisitos de idoneidade e de competência, não cabe o direito de repudiar o meu trabalho, porque, além do mais, é de elementar e comezinha justiça.⁴⁵

Lima articula, em sua defesa, princípios e o papel do pesquisador. Ele corrobora para a manutenção do intelectual investigador da história, sustentando a maneira correta de uma crítica. É certo que ele faz apenas uma citação do que seria essa crítica, não dando espaço para o leitor compreender melhor do que se trata. Temos acesso apenas à indignação do sócio do Instituto. A figura de um intelectual, de alguém com devida legitimidade para falar sobre a escrita alheia é montada nesta passagem pela deslegitimação do outro, pelo não reconhecimento. Lima adere à negação da crítica e vai de encontro ao desprezo de quem lhe fez as considerações.

Destarte, cabe a pergunta, qual o perfil intelectual dos sócios do Instituto? É necessário refletir que fechar um conceito ou a categoria “intelectual” é uma tarefa árdua, devido liames históricos, culturais e sociais bem diversos, com suas respectivas historicidades, com as particularidades que lhe são próprias, ainda que pautando minha análise numa mesma rede de sociabilidade, como é o caso.

Ainda assim há brecha para as seguintes considerações: o intelectual do IHGRN é engajado quanto à produção historiográfica e também politicamente. Em razão que sua escrita vai em direção a uma história que conflua na história do Estado e também da nação. Política e história mantêm aqui um elo forte, tanto quanto no século XIX. Outra consideração é que esse intelectual age politicamente na construção e conservação de uma memória das virtudes, dos valores regados e semeados pelo sodalício.

No que tange ao IHGRN, a passagem do membro Enélio Lima Petrovich diz muito sobre a perspectiva que ele e seus pares têm do trabalho gerenciado naquele espaço, ou seja, as considerações sobre as virtudes que alimentam e motivam o labor historiográfico daquele coletivo intelectual:

Um dia desaparecemos todos. Mas, ali, na evocação, sobreelevam os espíritos mais nobres e mais humildes, pelo exemplo dos que desta vida partiram, nos legando a mensagem da fraternidade, da paz e da honradez. É que as permanentes de nossa conduta e a marca do nosso trabalho jamais desaparecerão.
E nas fisionomias que emolduram este ambiente, transmitimos às gerações atuais e do porvir a grande lição de nossa própria existência, se não perfeita em todos os sentidos, porém

⁴⁴LIMA, Nestor. **Op. Cit.**, 1940, p. 181.

⁴⁵LIMA, Nestor. **Op. Cit.**, 1940, p. 184.

debruçada para as coisas da inteligência e da sabedoria, que tanto dignificam a criatura humana, imagem e semelhança de Deus.⁴⁶

Em um primeiro olhar, no excerto, o culto à memória destaca-se de longe. Admita-se, o esquecimento da memória é tétrico. Alguém poderá falar tranquilamente que o esquecimento muitas vezes pode ser trágico para este ou aquele coletivo humano. No entanto, assim como lembrar faz parte da vida, esquecer também. Memória e esquecimento são conceitos que não se desgrudam.

Um *dever de memória* diante da sociedade é um grande guia desses pesquisadores potiguares. Significativa parte dos trabalhos de homens como José Augusto, Nestor Lima tem por embasamento *fazerlembrar*. Fora o fato das periódicas comemorações dentro do grêmio. O dever de memória é o “dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”.⁴⁷

E quanto ao Instituto, vale a pena recordar da carga política contida no trabalho realizado naquele centro. Configura-se, então, um dever de não esquecer, pautado em símbolos políticos e culturais. Uma vez falou Enélio L. Petrovich: “O Instituto Histórico e Geográfico é o autêntico guardião de nossa história. Nele e através dele, datas, fatos, acontecimentos são revividos e rememorados na continuidade do tempo”.⁴⁸ Daí o empenho para partir de grandes nomes, dos costumes e tradições contidos na revista. Vale registrar, ademais, que no jogo deste campo aparece, sem timidez, uma dosagem de vaidade, afinal uma premissa colocada é a seleção de um “espírito nobre”, um reflexo do escol intelectual norte-rio-grandense, onde a escolha daqueles rememorados está pautada pela categoria de pessoas próximas ao grupo, ao círculo das letras, ligadas ao âmbito político-governamental. Mas, de todo modo, não cabe esquecer que também aparecem outros valores no decorrer dos numerosos textos publicados, por exemplo, a *fraternidade, paz* e a ideia de *Deus* (o Deus católico).

Considerações finais

No IHGRN, costurou-se uma construção coletiva de um ethos, que diz respeito à figura do intelectual potiguar. Este que atua no âmbito político e na escrita da história. Os sócios do Instituto potiguar configuraram uma memória a respeito dos homens políticos, homens ligados certamente ao círculo intelectual potiguar. Por isso, argumentou-se neste trabalho que há uma ritualização do saber-poder, nas publicações da Revista do IHGRN, construída a partir da conservação de capital social, de reconhecimento, da elaboração de símbolos políticos e intelectuais. Para isto, foi necessário recorrer às teorias sociológicas de Pierre Bourdieu no intuito de entender esses mecanismos e esquemas de consagração.

Ficou registrado também que a instituição, enquanto campo intelectual, salvaguarda, através das notas biográficas e homenagens, um caráter memorial muito forte. Suas publicações demonstram uma

⁴⁶ PETROVICH, Enélio Lima. **Homenagens**: Saudações Acadêmicas. Natal, 2008, p. 51.

⁴⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 101.

⁴⁸ PETROVICH, Enélio Lima. Inauguração de uma placa. In: **RIHGRN**. Rio de Janeiro, Pongentti. Volumes 56-58, 1971, p. 49.

estratégia operacional riquíssima que visa não só ganhar um *status*, mas também manter esse capital, nutrir uma imagem, ou mesmo conservar determinado quadro imagético do Instituto perante a sociedade.

Assim, entendo que também se orchestra os usos políticos da história na construção de uma memória elogiosa, que ovaciona. História para usos da elite. Afinal, os atores históricos aqui analisados, como José Augusto e seu biografado – Almino Afonso -, ambos estavam inseridos na elite política. Eis aí um ponto de partida no entendimento que as elites intelectuais e políticas não deixam de ter seu valor para os estudos historiográficos. Muito pelo contrário. São deveras importantes para se pensar o país e sua história.

Referências

Fontes

ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, pp. 66-73.

AUGUSTO, José. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, pp. 12-19.

DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 41-47.

DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 265-267.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal, Volume 1, n. 1, 1903, pp. 09-23.

LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: à guisa de defesa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1941, pp. 181-184.

_____. O Centenário da cidade de Assú. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 41-44, 1948, pp. 111-118.

LYRA, Carlos Tavares de. Tavares de Lyra na intimidade. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 24-27.

PETROVICH, Enélio Lima. Inauguração de uma placa. In: **RIHGRN**. Rio de Janeiro, Pongentti. Volumes 56-58, 1971, pp. 49-50.

_____. **Homenagens: Saudações Acadêmicas**. Natal, 2008.

Bibliografia

ALTAMIRANO, Carlos. De la historia política a la historia intelectual. Reactivaciones y renovaciones. **Prismas**, Revista de Historia Intelectual, n. 9, pp. 11-18, 2005.

_____. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 9-17, junho, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual: itinerário de un concepto**. Editorial Montessor. Colección Jungla Simbólica, 2002.

_____. **Questões de sociologia**. Lisboa, Edições Fim de Século, 2003.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A casa da memória norte-rio-grandense**”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, 589 f., 2017.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 63.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 17, abril, p. 318-332, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Evandro. **Tempos da pesquisa, tempos da escrita**: a biografia em Francisco de Adolfo Varnhagen (1840-1873). Porto Alegre, UFRGS (dissertação), 2009.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez., p. 78-95, 2013.

Recebido em 29/06/20 aceito para publicação em 30/09/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020

ISSN 2317-4021

104